

SENTIDOS DE LÍNGUA NACIONAL PRODUZIDOS NOS DOMÍNIOS DA IMPRENSA: UM OLHAR VOLTADO PARA A REVISTA VEJA

MEANINGS OF NATIONAL LANGUAGE PRODUCED IN THE DOMAINS OF THE PRESS: A LOOK INTO VEJA MAGAZINE

DOI 10.70860/ufnt.entreletras.e18113

Nilsa Brito Ribeiro¹
Thaiany Tolentino Diniz Santos²
João de Deus Leite³

Resumo: Neste artigo, analisamos o funcionamento discursivo de enunciados produzidos sobre a variante padrão da língua e sobre os seus (não) falantes, em reportagens da revista Veja, com o intuito de apreender, na rede de sentidos, efeitos de memória de língua nacional produzidos desde a colonização brasileira. As análises, fundamentadas teórica e metodologicamente nos estudos foucaultianos, sugerem que a língua é recortada pela mídia como um saber catalizador do sucesso profissional do trabalhador/a brasileiro/a, imputando a este/a a responsabilidade individual pelos insucessos em relação ao acesso ao mercado de trabalho, justamente por não dominar “bem” a variante padrão.

Palavras-chave: Discurso; Língua Nacional; Relações de poder-saber.

Abstract: In this article, we analyze the discursive work of utterances about the language standard and its (non) speakers in three stories published by Veja magazine. The goal is to understand the effects of memory of the national language which have been producing shifts ceaselessly since colonial times. The analyses, which were theoretically and methodologically grounded on Foucaultian studies, suggest that the notion of language is sectioned by the media as a catalyst knowledge for the professional success of Brazilian workers. Speaking and writing “well” are brought into discursivity generating a section that individualizes subjects by making them exclusively responsible for their professional unsuccess, since they lack “good” knowledge of the standard.

Keywords: Discourse; National Language; Power-knowledge relations.

Introdução

Neste trabalho, mobilizamos as condições históricas de constituição da língua portuguesa no Brasil, situando nossas reflexões no quadro dos estudos discursivos

¹ Doutora em Linguística. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: nilsa@unifesspa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9213-1726>.

² Mestra em Letras. Professora Formadora na Secretaria Municipal de Educação de Goianésia do Pará. E-mail: taiane_jsm@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0008-1710-7839>.

³ Doutor em Estudos Linguísticos. Professor do Programa de Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: joao.leite@ufnt.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8918-9940>.

foucaultianos. Procuramos apreender, na rede de enunciados do arquivo da língua nacional, discursividades produzidas sobre a variante padrão da língua e, por conseguinte, sobre o falante brasileiro, em três publicações da revista *Veja*, circuladas em 2001, em 2007 e em 2010, respectivamente. Voltamos o olhar para efeitos de filiação da revista a uma posição discursiva que limitam as práticas languageiras do falante brasileiro a espaços em que predomina o domínio da variante padrão, adotada como língua oficial. Tal posição é orientada por certo imaginário de que o acesso (ou não) do brasileiro a postos de trabalho está diretamente relacionado ao domínio (ou não) da variante padrão da língua portuguesa. Nossa hipótese é que essa posição opera uma divisão/rejeição do sujeito na e pela língua, na medida em que toma a língua como critério para produzir o corte social em relação ao acesso a postos de trabalho.

Nossa percepção é que efeitos da colonização linguística continuam operando na contemporaneidade por outros meios, particularmente pela lógica de mercado que atua como forte aliada da razão de Estado. Essas duas forças jogam na sustentação do trabalho ideológico de unidade linguística, de língua nacional, que continua produzindo o duplo movimento de imposição de uma língua hegemônica e supostamente homogênea e o apagamento ou redução de espaços e de usos de outras realizações linguísticas. Conforme discutimos em seções seguintes, com base no *corpus* analítico, o sentido de unidade linguística, ao ser mobilizado pela revista filiada a uma formação discursiva econômica, produz uma injunção a todos os falantes em falar “bem” como suposta condição para galgar um posto na vida profissional. No funcionamento ideológico dos discursos da unidade linguística, sentidos de língua nacional caucionam a divisão de classe social marcada por exclusões, quando sabemos que a recusa de uma variante linguística não provém efetivamente do não domínio de normas gramaticais, mas de um regime de separação e de exclusão de classe social, em que a língua é um dos mecanismos de controle, de separação e de rejeição que figuram como linha de força das relações de poder.

Em nossas análises, aproximamo-nos do método arqueogenealógico (Foucault, 2014)⁴, segundo o qual toda rede de enunciados deve ser apreendida dentro de um sistema de relação vertical que rege as regras e as possibilidades de emergência, de coexistência, de separação ou de articulação entre práticas discursivas. Tal perspectiva teórico-analítica, recusando a busca

⁴ Conforme discute Veiga-Neto (2007), a cada fase das investigações foucaultianas, pode-se fazer corresponder uma das perguntas que orientaram os problemas investigados por Foucault: “que posso saber?”, “que posso fazer?”, “quem sou eu?”. Mas, ressalta o autor que um problema surge aí, nessa tentativa de correspondência, pois na terceira fase, nomeada de fase arqueogenealógica, não há um método novo, mas, “um campo de problematizações que se vale um pouco da arqueologia e muito da genealogia, o que leva alguns a falar que no terceiro Foucault o método é arqueogenealógico”. (Veiga-Neto, 2007, p. 37).

de uma origem, na história, procura capturar analiticamente a emergência de discursos e a transformação das práticas discursivas no interior de domínios associativos, perguntando pelo modo de emergência dos discursos e por jogos de poder-saber-verdade que animam a sua aparição, transformação ou desaparecimento.

Assim, afastando-nos de qualquer perspectiva que apreende a história numa dada linearidade, optamos por olhar, tal como propõe Foucault (2008), para a incidência das interrupções, fazendo aparecer, por meio das análises, as formas de encadeamentos, de transformações, de rupturas, de relações e de entrecruzamentos de discursos, recusando, assim, a soberania da consciência e a função fundadora do sujeito supostamente detentor de uma história contínua da qual nada lhe escapa (Foucault, 2008). Nessa perspectiva teórica e analítica, temos como objetivo analisar o funcionamento discursivo de enunciados produzidos sobre a variante padrão da língua e seus (não) falantes, em reportagens da revista *Veja*, com o intuito de apreender, na rede de sentidos, efeitos de memória de língua nacional, lançando um olhar analítico sobre efeitos de sentido, que, na emergência dos discursos, acumulam-se e se deslocam na constituição do arquivo da língua nacional, sob a percepção de que os discursos que circulam na mídia sobre a variante padrão da língua portuguesa, no Brasil, atualizam a memória de unidade linguística e de redução de espaços de produção de sentidos das diferenças assim como, dentro de uma lógica de mercado, cauciona o discurso econômico sustentado na racionalidade técnica e instrumental naturalizadora de desigualdades sociais.

1 Arquivo, formação discursiva e enunciado: um sistema de formação de discursos

Nesta seção, revisitamos alguns dos conceitos-chave da abordagem foucaultiana de análise arqueológica produzida nessa sua primeira formulação teórica, quais sejam: arquivo, formação discursiva e enunciado, por entendermos que tais conceitos são imprescindíveis, na nossa perspectiva teórica, para compreendermos como foi se constituindo discursivamente o arquivo do que se entende hoje por língua ou idioma nacional, desde a colonização.

O entendimento da noção de arquivo em Foucault (2008) exige primeiramente a compreensão de que, em uma perspectiva discursiva, esse conceito não se limita a um volume de informações selecionadas, registradas e guardadas como fazemos em um arquivo físico, para fins de utilizações futuras. Produzindo um atalho a essa concepção de arquivo, Foucault (2008) faz a seguinte consideração sobre o conceito:

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua

identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das *performances* verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. (Foucault, 2008, p. 146, destaque do autor).

Depreende-se das postulações do autor que o arquivo não decorre de um ato individual, nem do acúmulo de textos documentais conservados pelas instituições, não é algo que se acumula na continuidade da história e das práticas sociais, nem se trata de temas dos quais se ocupa a humanidade. O arquivo se constitui a partir de forças da história que atuam sobre regimes de aparição, de circulação e de transformação de discursividades em relação a dados saberes. O arquivo se constitui até mesmo do que se deixa de dizer sobre um dado objeto de saber, determinado por um sistema que rege e regula a possibilidade de emergência dos enunciados, sempre circunscrito em um dado domínio discursivo ou em domínios associados⁵.

Assim, Foucault (2008) recusa qualquer perspectiva que conceba o arquivo como algo que acumula as coisas ditas, numa relação contínua e linear com a história, sem rupturas, sem deslocamentos. Em outras palavras, o arquivo é o modo de colocar em funcionamento um enunciado em relação de aproximação, de distanciamento, de transformação ou de rupturas com outros enunciados produzidos em um mesmo domínio ou em outros domínios discursivos (Foucault, 2008). Consideremos, a seguir, as palavras do autor:

Entre a língua que define o sistema de construção de frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição; não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas, mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados* (Foucault, 2008, p. 147-148, destaques do autor).

⁵ Retomando as formulações de Foucault (2008), Courtine (2009) destaca que “O enunciado apresenta [...] ‘um campo enunciativo’, ‘um campo adjacente’, ‘um espaço colateral’ ou ainda um ‘domínio associado’: esse domínio associado, sem a existência do qual a ‘função enunciativa’ não pode ser exercida, consiste em uma *rede de formulações* nas quais o enunciado se insere e forma elemento.” (Courtine, 2009, p. 89 - destaques do autor). O domínio associado do enunciado, segundo o autor, compreende: i) “formulações no interior das quais o enunciado se inscreve formando um elemento na sequência discursiva”; ii) as formulações retomadas pelo enunciado, seja sob a forma da repetição, da modificação da oposição, seja sob a forma da reatualização de outros enunciados; iii) “O conjunto de formulações, as quais o enunciado organiza a possibilidade futura de vir depois dele, como sua sequência, sua continuação natural ou sua réplica (Courtine, 2009, p. 89).

É importante a problematização de Foucault (2008), segundo a qual o arquivo se forma na tensão entre a tradição e o esquecimento. Nem tudo é tradição, nem tudo é esquecimento. Por vezes, Foucault (2008) associa arquivo à noção de sistema, apontando uma semelhança entre as funcionalidades de ambos os conceitos, justamente porque o arquivo funciona como um sistema de unidade e de dispersão ao mesmo tempo, sem relação com o sentido de tradição ou de evolução, mas também sem admitir que tudo é novo. Nos estudos foucaultianos, o arquivo é concebido como sistema transformador, um sistema por meio do qual o enunciado estabelece uma relação de coerência e de dispersão, de modo que tanto a coerência quanto a dispersão não são produtos do acaso ou de regras internas ao sistema linguístico, ou ainda de uma vontade soberana do sujeito, uma vez que decorrem das condições históricas que impõem ao arquivo esse movimento contraditório. O sistema de repetição e de transformação decorre de uma força derivada da densidade das práticas discursivas recortadas por diferentes formações discursivas, a partir das quais se desenrolam regras discursivas específicas.

Essa formulação teórica oferece-nos uma perspectiva importante para problematizarmos sentidos de língua nacional produzidos em nossa sociedade a partir de sistemas que regem em cada momento histórico discursividades produzidas sobre esse objeto. Trata-se, portanto, de falar não apenas da circulação de dizeres sobre a língua em diferentes domínios, dentre eles o midiático. Para além disso, problematizar sentidos de língua em nossa sociedade, a partir do conceito de arquivo, permite-nos apreender no funcionamento dos discursos como diferentes domínios recortam saberes disponibilizados sobre a língua portuguesa e que regras e sistemas históricos sustentam possibilidades de dizer sobre esse objeto de saber-poder. Em nossos estudos, cujo domínio de formulações enunciativas sobre a língua nacional é o midiático, é possível apreender uma discursividade que elege a variante padrão como língua única, e capaz de elevar a posição social do falante. O não domínio dessa variante linguística impede parte da população de arremeter postos de trabalho. O êxito financeiro está, portanto, diretamente relacionado ao falar “bem” o português.

Essa discursividade sobre a língua se propaga na sociedade em conexão com discursividades produzidas em outras formações discursivas que também tomam a língua portuguesa como objeto de saber, como a escola, por exemplo, que, não raras vezes, apresenta como justificativa para o aluno aprender a norma padrão da língua o fato de esta se apresentar como possibilidade de melhoria de vida, como degrau para galgar bons postos de trabalho, sucesso profissional, melhor vida financeira etc. Assim, o discurso de língua portuguesa ou

língua nacional, recortado por diferentes formações discursiva em condições de produção heterogêneas, entra em uma série de formulações, produzindo “um nó em uma rede”. Essa é a função determinante do arquivo, entendido como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 2008, p. 147).

A noção de discurso, na formulação de Foucault (2008), está diretamente ligada à de enunciado e à de formação discursiva. Isso porque são elementos relacionados por coexistência. O enunciado, por exemplo, foi concebido pelo autor como um “átomo do discurso” ou como a “unidade elementar do discurso” (Foucault, 2008, p. 90). Como destaca Courtine (2009), a Análise do Discurso, na perspectiva foucaultiana, passa pela análise dos enunciados e da formação discursiva. A noção de formação discursiva, entendida não como um objeto compacto e homogêneo, leva o autor a descrever suas regularidades e dispersões, a partir de “uma ordem em seu aparecimento sucessivo” (Foucault, 2008, p. 42).

Em sua proposta de análise, o autor postula que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto”. (Foucault, 2008, p. 36), sob a compreensão de que

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (Foucault, 2008, p. 43).

Assim, o princípio das formações discursivas garante que os enunciados que compõem o discurso se apoiem em um mesmo sistema de formação, e, por esta razão, é possível falar em discurso clínico, discurso econômico, discurso psiquiátrico, discurso midiático etc. A constatação de que os enunciados interligam-se, agrupando-se em conjunto, levou o autor a perguntar pelo princípio que estaria na base de todo agrupamento de enunciados, chegando à postulação de que os enunciados estão sempre inscritos em redes de sentidos, ou seja, todo enunciado significa e é significado pela existência de outros enunciados e eles se agrupam a partir de formações discursivas (F.D.): “princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados” (Foucault, 2008, p. 122). Portanto, não existe enunciado fora de uma formação discursiva, pois, assim como uma frase pertence a um texto, todo enunciado pertence a uma formação discursiva. Sua relação com outros enunciados não se limita a uma condição de possibilidade, seu domínio a eleva à

condição de lei de coexistência, ou seja, o enunciado só existe no âmbito de uma formação discursiva. (Foucault, 2008). Assim, “As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva”. (Foucault, 2008, p. 53-54).

A partir dessa formulação, o autor propõe, então, uma análise das formas de repartição dos enunciados. Estes, filiados a uma dada formação discursiva, apresentam-se “diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (Foucault, 2008, p. 36). Segundo o princípio das formações discursivas, os enunciados que entram numa rede de sentidos de uma dada repartição discursiva se apoiam em um mesmo sistema de formação. O princípio de agrupamento de uma rede de enunciados em uma mesma formação discursiva não é de ordem gramatical, não é de ordem lógica, nem tampouco de ordem psicológica. De acordo com o autor, o que faz com que haja um enunciado são as seguintes condições de sua emergência:

1) que esteja ligado a um **referente**, cuja estabilidade é dada pela própria função enunciativa e não pela realidade concreta de fatos, coisas ou seres no mundo. Submetido a condições históricas e a regimes de possibilidades, cada domínio tem as regras de emergência de seus objetos de saber. Por isso mesmo, é fundamental para Foucault (2008) perguntar não por quem disse e por que disse, mas “como”, “de que modo” e o que fez com que um enunciado e não outro tenha aparecido em um dado espaço-tempo? Assim, o correlato do enunciado são as tramas do discurso orientado pela história.

2) a relação estabelecida com o **sujeito inscrito em uma dada posição discursiva**. O sujeito do enunciado, segundo Foucault (2008), é uma função determinada que se altera, conforme a posição-sujeito, “[...] podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados diferentes posições” (Foucault, 2008, p.105).

3) a inscrição do enunciado em um **domínio associado**, cuja correlação é determinada por regimes de uma dada prática discursiva, de modo que “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente” (Foucault, 2008, p. 112). Todo enunciado faz parte de uma série ou de um conjunto que inclui outros enunciados que se apoiam uns aos outros, mantendo relação de dependência entre si. Portanto, todo enunciado pressupõe a existência de outros anteriores a ele, assim como apontam para enunciados futuros: “ele se delineia em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado

e que lhe abre um futuro eventual.” (Foucault, 2008, p. 111-112). Assim, a posição-sujeito é determinada por um domínio de saber.

4) a **espessura material** que dá corpo ao enunciado e neste desempenha um papel fundamental. Isso porque se a materialidade (linguística, sonora, visual etc.) modifica-se o enunciado também muda sua identidade, seu *status* é colocado em questão, dando origem a outro enunciado. Nesse sentido, o regime que determina as modificações do enunciado em sua materialidade repetível é de ordem institucional e não espaço-temporal. Mas não podemos entender que pela materialidade do enunciado ele será sempre visível ou palpável. Apesar de seu caráter material, o enunciado é ao mesmo tempo “não visível e não oculto” (Foucault, 2008, p. 124).

Como unidade menor em relação ao arquivo, o enunciado não está inscrito em uma linearidade sem ruptura, pelo contrário, existe uma temporalidade para tudo que é dito; os enunciados podem se manter ou se esfumar, segundo regularidades específicas determinadas pelo sistema do arquivo, pois “ele faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente” (Foucault, 2008, 177-148), o que leva Foucault (2008) à constatação de que é sob o domínio do arquivo que os enunciados aparecem, permanecem, modificam-se e esfumam-se, sempre, obedecendo a uma regularidade específica.

Nessa perspectiva, discurso e sujeito se constituem inscritos em um domínio de saberes regido por leis de possibilidades que antecedem o sujeito e o enunciado.

2 Condições de produção de sentidos de língua nacional

A partir de diferentes perspectivas teóricas, alguns estudiosos têm feito importantes contextualizações históricas, políticas e discursivas do processo de constituição da língua portuguesa no Brasil. No domínio dessa reflexão, Orlandi (2002) considera que “a constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico, que se define assim na relação com a formação do país, da nação, do Estado”. (Orlandi, 2002, p. 21). Segundo a autora, ao tratar do processo de constituição da língua portuguesa como língua nacional do Brasil, esse processo culminou na formação da sociedade brasileira, bem como na oficialização da língua portuguesa como língua nacional, de modo que, atualmente, é possível observar os desdobramentos que esse acontecimento provocou na história e nos processos discursivos identitários dos falantes do Brasil.

Diante da variedade de línguas praticadas em território brasileiro no período pré-colonial, ao chegarem de uma cultura que idealizava relações sociais monolíngues, os portugueses começam a organizar uma política linguística, criando mecanismos para “corrigir” o que era visto como desvio de ordem (Mariani, 2003). Sob o discurso civilizatório, inicia-se um maciço processo de aculturação pelo colonizador, e a língua desempenha papel de destaque nesse processo. O *modus operandi* do colonizador consiste em operar relações de poder, tomando como parâmetro o seu ideário de civilização, de modo que o diferente é avaliado sob a ótica do *déficit*, da falta. Foi a partir do imaginário da falta que os colonizadores portugueses passaram a considerar que “os habitantes da terra brasílica e suas línguas [...] não são civilizados porque a eles se atribui a falta do que os portugueses possuem e vêem como essencial à civilização” (Mariani, 2003, p. 78). Desta maneira, destaca a autora que, obedecendo ao padrão imaginário de unicidade de língua, iniciou-se um processo de imposição cultural, evitando principalmente o plurilinguismo que também “significa evitar o pluralismo religioso e significa também impor o poder colonialista. Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só Deus, um só Rei, uma só Língua” (Santiago, 2000, p. 14).

Mesmo sendo a menos praticada, a língua do colonizador ocupava lugar de prestígio por ser a língua oficial da coroa, e sua imposição se intensificava à medida que se intensificavam as relações de exploração e de dominação. Então, até o século XVIII, o Brasil vivia em meio a uma pluralidade de práticas linguísticas com predominância das línguas indígenas. De um lado, o uso da língua geral se mantinha graças ao progresso da catequização e o aumento da população portuguesa na colônia brasileira; de outro, a língua do colonizador se impunha por meio de mecanismos de controle do Estado e de seus interesses de homogeneidade dos povos. Nesse sentido, merece destaque a percepção de que, pelos relatos históricos, a língua do colonizador não se mostrou tão homogênea como se idealizava. Segundo Orlandi e Guimarães (2001), os portugueses que chegavam ao Brasil vinham de diferentes regiões de Portugal, assim, “uma grande variedade regional de falantes portugueses dividem o mesmo espaço de comunicação no Brasil” (Orlandi; Guimarães, 2001, p. 22), fazendo intervir no espaço brasileiro uma heterogeneidade linguística oriunda de Portugal. Por isso mesmo, a homogeneidade linguística nunca foi uma realidade, uma vez que todas as dinâmicas sociais conduziam a uma inevitável pluralidade de línguas.

A perceptível heterogeneidade das práticas linguísticas não condizia com os interesses da coroa Portuguesa, uma vez que a idealizada unicidade linguística era vista como necessária para atender aos interesses de dominação. Por isso, é por meio do corte que se impõe à

heterogeneidade a unicidade, silenciando a pluralidade de práticas linguísticas, em busca da língua supostamente homogênea.

É justamente por meio do corte em busca da almejada unicidade linguística que se instaura o preconceito linguístico, operando ao mesmo tempo com o racismo como um braço forte do Estado, como nos lembra Foucault (1999). Situando o racismo no domínio linguístico, em que o imaginário de língua nacional passa pelo imaginário de unidade linguística, opera-se o corte na memória de outras línguas e de outras práticas discursivas, enfim, opera-se o corte nos sujeitos. Como discute Foucault (1999), todo tipo de racismo na sociedade moderna passa por um corte entre o que é considerado bom, luminoso e o que deve ser apagado, silenciado. E a língua não está fora desse mecanismo de interdição, por meio do qual intervém o racismo produzido pela colonização e que perdura na colonialidade.

Em se tratando da questão linguística, o preconceito produzido nesse domínio desde a colonização tem servido de mecanismo de forte interdição da pluralidade de práticas linguísticas, usando como parâmetro a “norma” que se impõe a outras variedades linguísticas. Na governamentalidade e na biopolítica, com o estabelecimento de uma norma, por meio de políticas linguísticas homogeneizadoras, garante-se a continuidade de uma realização linguística como a única realização possível, à medida que outras variedades vão sendo lançadas ao lugar do erro, do *déficit*, dada a soberania da “norma”. É pela norma que a razão governamental atua na normalização do falante, ainda que a normalização custe a morte e a interdição de outras línguas.

Tão importante quanto criar uma norma-padrão de língua na construção ideológica da nação é criar mecanismos de sustentação dessa norma, como forma de garantir que esta seja menos permeável a mudanças e a variações às quais as línguas de tradição oral estão mais suscetíveis. Desse modo, a manutenção do imaginário de língua nacional acontece em espaços específicos, por meio de dispositivos específicos, sendo a escola o principal dispositivo agenciador de técnicas e instrumentos de manutenção deste imaginário, pois é o espaço institucionalizado para o ensino dessa norma, em que têm lugar a gramática, o dicionário, as políticas linguísticas em geral.

Mas, na contemporaneidade, com o advento tecnológico, ampliam-se os mecanismos de sustentação do imaginário de unidade linguística, para além da escola. Nesse sentido, a mídia, como dispositivo de poder, atua fortemente no funcionamento do imaginário de unidade linguística, filiando-se à razão governamental, mas, também, à lógica do mercado, na medida em que a língua é discursivizada como um bem de mercado, sob o imaginário de propulsora de

melhoria de vida da população. É essa discursividade de língua como um bem de mercado que passaremos a analisar a seguir.

3 A língua portuguesa discursivizada como inatingível e como um bem rentável

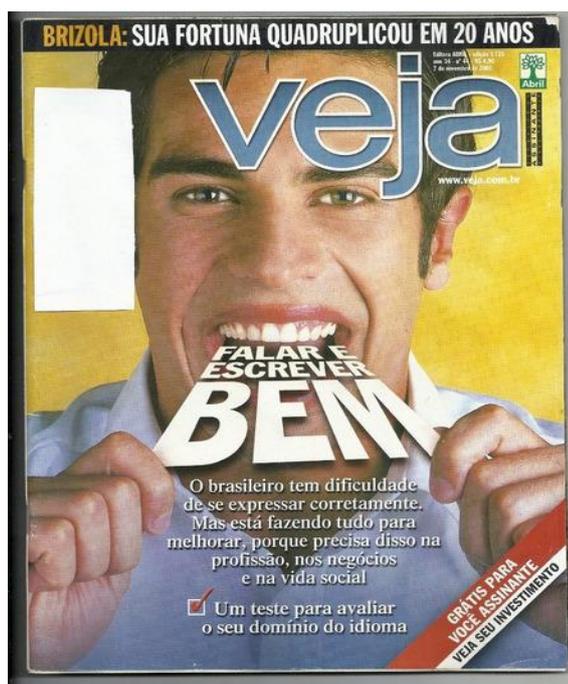
Em cada momento histórico, circulam discursos que entram em uma rede de relações com outros discursos, construindo “vontades de verdade” (Foucault, 2002) (explicitar aqui referência (autor e ano) do conceito “vontades de verdade”). As “vontades de verdade” estão sempre ligadas a campos de saberes específicos, ou seja, os enunciados que constituem o arquivo se ligam por se voltarem aos mesmos objetos, embora nem sempre se voltem tocando nas mesmas coisas a saber.

Assim, embora produzam enunciados que se voltem ao arquivo da língua nacional, por exemplo, diferentes domínios como a mídia, a escola etc. não o fazem da mesma forma, com a mesma interpelação ideológica, já que cada formação discursiva revisita o arquivo a partir de uma memória e de filiações ideológicas específicas, ainda que haja entrecruzamentos discursivos nesse movimento. Escola e mídia, por exemplo, podem revisitar o arquivo da língua nacional a partir de discursos que colocam em funcionamento a governamentalidade neoliberal, em que língua e mercado se amalgamam, ou seja, o domínio do idioma repercute no “mundo do trabalho”, ainda que com interesses ideológicos distintos.

Se possível, sugiro rever a quantidade de termos intercalados entre sujeito e predicado.

É sob a compreensão de que cada formação discursiva recorta do arquivo sentidos que a ela se filiam, ao mesmo tempo que remete à indizibilidade/visibilidade sentidos outros, que colocamos em destaque nas análises o modo como o arquivo da língua nacional mobilizado pela mídia coloca em funcionamento linhas de força, por meio das quais língua e mercado, situados em campos associativos distintos, entrelaçam-se, discursivamente, cujos enunciados produzem um nó na rede de sentidos, em que o imaginário de unidade nacional é ideologicamente mobilizada para justificar relações de poder e de divisão de classes sociais. Assim, vejamos as figuras 1, 2 e 3, a seguir.

Figura 1: O brasileiro tem dificuldade de se expressar bem



Fonte: Revista VEJA, Ed. 1725, Ano 34, n. 44, 07/11/2001

A Figura 1 traz a imagem de um homem e a sequência linguística “FALAR E ESCREVER BEM” como se saísse da boca do falante. É importante observar que a materialidade verbo-visual traz o predicador BEM em tamanho maior em relação a “FALAR E ESCREVER”, especificando, nesse gesto, uma prática linguageira normatizada pelo “bem falar”, ao mesmo tempo que aciona a memória discursiva da relação difícil do brasileiro com o “falar bem”. Esse efeito de sentido é sustentado logo abaixo da imagem pela sequência: “O brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente. Mas está fazendo tudo para melhorar, porque precisa disso na profissão, nos negócios e na vida pessoal”. Novamente o falar, predicado por “corretamente”, introduz um corte no sujeito e na língua: brasileiro não fala o português corretamente. O corte separa a língua (português correto X português errado) e o sujeito (ocupa posição de quem fala e escreve bem X ocupa posição de quem fala e escreve mal), a partir de uma razão econômica, uma racionalidade de mercado, em que a carreira profissional adquire centralidade.

Nesse discurso, o sujeito é inscrito em uma posição de falta em relação ao idioma, e, consequentemente, em relação à profissão, aos negócios e à vida pessoal, uma vez que esses domínios da vida social comparecem no discurso como domínios de (des)encontros do falante com a língua. Esse efeito de sentido se materializa em argumentos que sustentam a racionalidade técnica e que expõem, na formulação do discurso, o *déficit* do falante brasileiro

(O brasileiro tem *dificuldade* de se expressar corretamente); o esforço individual de superação do *déficit* (mas, *está fazendo tudo* para melhorar); a racionalidade instrumental que motiva a mudança de posição caucionada pela língua (porque *precisa disso na profissão, nos negócios e na vida pessoal*). O efeito de generalização do discurso condensa regularidades enunciativas que subjetivam o brasileiro como um sujeito em relação de insucesso com sua própria língua, mas a incapacidade do falante é contornada por um processo de subjetivação que mobiliza a imagem de um sujeito dotado de uma vontade imanente de superação de um *déficit*, tendo a profissão, os negócios e a vida pessoal como as únicas possibilidades de superação do *déficit*. Falar e escrever bem a variedade linguística, promovida como oficial, entra como uma técnica de objetivação do sujeito, ao mesmo tempo que interpela coletivamente os falantes brasileiros em direção à normalização da língua.

Considerando que, nas sociedades contemporâneas, nenhum objeto de saber escapa à atenção da razão governamental, é importante atentarmos para a discursividade presente em mais uma sequência de linguagem, na capa da revista: “Um teste para avaliar seu domínio do idioma”, atualizando a memória de diferentes práticas institucionais em que o falante é submetido à aferição em relação ao domínio da variante oficial da língua, importante técnica objetivadora, por meio da qual a população se torna objeto de saber, não apenas no âmbito da esfera estatal, mas de qualquer poder de governo, a partir de sua vontade de verdade que se volta para língua portuguesa como uma técnica de governo política e econômica (Foucault, 1999)⁶.

Assim, a formulação “Um teste para avaliar seu domínio do idioma” apresentada na capa da revista, desdobra-se, no corpo da matéria, em várias outras formulações que, ao comporem o todo da função enunciativa, projetam a imagem de um sujeito inscrito na relação indissociável entre língua e trabalho. Em relação ao corpo da matéria, destacamos as seguintes formulações que entram em correlação com a sequência anterior: “10 erros de português que acabam com qualquer entrevista de emprego”; “Para falar e escrever bem”; “Abaixo o odoriquês”⁷; “A boa política de importações: use à vontade, use com cautela, não deveriam ser empregados nunca”. Essas formulações se inserem em uma função enunciativa que projeta o

⁶ Como discutem Veiga-Neto & Lopes (2007, p. 952), “a modernidade pode ser caracterizada, em termos políticos, pela progressiva estatização tanto das ações de governar quanto das relações de poder. Trata-se de um poder cujas feições aparecem diferenciadas em função do circuito em que ele se exerce (pedagógico, judiciário, policial, familiar etc.).

⁷ Referência à personagem Odorico Paraguaçu, criada pelo dramaturgo Dias Gomes e interpretada por Paulo Gracindo na televisão e por Marco Nanini no filme “O Bem Amado”.

imaginário do “bem falar e escrever” ao interpelar o sujeito falante brasileiro a partir de vontades de verdade centradas na noção de erro e da implicação deste no fracasso profissional.

Nesse discurso o sujeito é origem e causa dos insucessos em relação à língua e ao trabalho. A projeção da imagem de um sujeito que não alcança a língua que fala justifica sua condição social e econômica. Além disso, a maneira como essa reportagem trabalha os sentidos de língua circunscreve todo profissional em um mesmo nível de demanda. Não se especifica nesse discurso que relações cada categoria de trabalhadores e de trabalhadoras estabelece com a língua considerada padrão. Não se especifica, ainda, que demanda de domínio de língua se impõe ao trabalhador na sua relação com uma dada variedade linguística, seja na vida cotidiana, seja na vida profissional. A padronização do mundo do trabalho reverbera na padronização do sujeito, e a língua entra como técnica do dispositivo objetivador da relação de demanda e de oferta, para ficarmos na discursividade do mercado.

Figura 2: Falar e escrever certo



Fonte: Revista VEJA, Ed. 2025, ano 40, n. 36, 12/09/2007.

Na Figura 2, há, também, uma relação de causa e consequência entre o domínio da língua portuguesa e o trabalho, na medida em que as incorrências do falante em “erros” da língua implicam a redução de chances ao alcance da carreira profissional. Falar e escrever “certo” na discursividade da revista corresponde ao sucesso na escalada da vida profissional. Na materialidade verbo-visual, a letra “A”, ocupando quase toda a extensão da capa e servindo

de apoio a uma escada cujos degraus conduzem a mulher ao topo da carreira profissional, simboliza a língua dando sustentação à escada que permite o brasileiro ou a brasileira que fala e escreve “certo” galgar melhores postos de trabalho.

No corpo da reportagem figuram diferentes posições-sujeitos filiadas a diferentes formações discursivas que recortam, do arquivo da língua nacional, o embate de sentidos sobre a língua e as práticas em que ela se inscreve. Tendo o acordo ortográfico como mote para o desencadeamento de diferentes discursividades, vontades de verdade são mobilizadas pela revista *Veja* por meio da legitimidade conferida por discursos de especialistas, no corpo da matéria, por exemplo: a) a polêmica instaurada em torno do acordo ortográfico balizada pelo imaginário de unificação linguística: “Sou contra o acordo. Sei que isso é um tiro no próprio pé, pois se o acordo passar, vou ser chamado para fazer muitas palestras. Mas não quero esse dinheiro, não. Com outro espírito, outra proposta, uma unificação talvez fosse possível [...]’ Pasquale Cipro Neto, professor de português[...]” (Revista *Veja*, nº 36, 2007); b) o discurso da unificação ortográfica atualizando uma memória de política de colonização linguística ancorada no imaginário de unidade de língua nacional: “Creio que a unificação do português tem um sentido político positivo. Aumenta o conceito da língua como nação [...]’ Tony Bellotto, músico da Banda Titãs, autor de *Bellini e a Esfinge* e apresentador do programa *Afiando a língua*” (Revista *Veja*, nº 36, 2007).

É no interior da rede de enunciados sobre língua nacional que a posição discursiva da revista se configura como “lugar de memória” (Nora, 1993), recortando do sistema de formação de enunciados o imaginário de unidade linguística que, por sua vez, sempre esteve na base da colonização, produzindo a clivagem entre sujeitos. Na contemporaneidade, essa clivagem reorganiza forças sociais a partir de diferentes dispositivos, sobretudo o dispositivo neoliberal que, conforme adverte Foucault (1999), interpela subjetividades com discursos do verdadeiro.

Nesse sentido, sob a assunção de que “Por enquanto, uma maneira de se destacar na carreira e na vida é mostrar nas comunicações formais perfeito domínio da tradicional norma culta do português” (Revista *Veja*, 2007), na capa da revista, comparecem três enunciados, quais sejam: “Como o domínio da língua impulsiona a carreira”; “Os dez erros de português que arruinam sua chance”; A ansiedade com a nova reforma ortográfica”.

A função enunciativa do primeiro enunciado (“Como o domínio da língua impulsiona a carreira”) delimita a posição do enunciador fazendo cruzarem, portanto, pelo menos, dois campos do saber: o domínio linguístico e o campo do trabalho, cuja articulação se dá por certo imaginário de língua como objeto catalizador da carreira profissional, escamoteando, assim,

condições sócio-históricas que estão na base das divisões de classes. O sujeito é fixado em posições de prestígio por esses dois domínios (língua e mercado) que retomam da história não apenas a organização das práticas languageiras, mas a reorganização de modos de inserção do sujeito no “mundo” do trabalho, em que a língua, como forte dispositivo de separação e de interdição, circunscreve e delimita tipos de profissões que podem ser categorizadas como “carreira profissional”. Na rede de enunciados, figuram outras formulações: “Riqueza da língua”; Ascensão pelo vocabulário; “O bom uso da língua influi na carreira”; “Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas”. “A diferença entre um sucesso e um vexame pode ser determinada por uma simples crase mal utilizada” (Revista Veja, 2007), que singularizam as condições de emergência de um discurso que recorta do arquivo da língua nacional a relação entre língua e mercado, mantendo, assim, o corte operado desde a colonização com a ideia de língua nacional.

É no contínuo do funcionamento desse imaginário que faz sentido o segundo enunciado: “Os dez erros de português que arruinam sua chance”, entrando em uma relação de concomitância com o primeiro enunciado. Mas, é preciso observar que, além da relação língua-trabalho, o segundo enunciado recorta também na cadeia de sentidos a noção de erro, tão afeita à formação discursiva escolar. A materialidade da cor vermelha das letras sustenta a memória escolar de verificação e de correção dos “erros” linguísticos que atestam o fracasso escolar dos falantes. Mais uma vez, a revista como “lugar de memória” atualiza o discurso que imputa aos “erros” linguísticos, discursivizados como “pecados da língua”, a causa do fracasso escolar, profissional e pessoal. No domínio de uma formação discursiva capitalista, a reativação (Foucault, 2008) da memória do erro passa pelo fracasso profissional.

O terceiro enunciado, “A ansiedade com a nova reforma ortográfica”, expõe o modo de transformação do sujeito na relação com a língua. Trata-se de uma relação incômoda com o idioma, relação que não circunscreve apenas práticas linguísticas, mas também e, sobretudo, a topia do corpo afetado discursivamente “com a nova reforma ortográfica”. Em uma perspectiva analítica arqueogenealógica, trata-se de um discurso que caracteriza o sujeito de linguagem como “ansioso” em relação ao domínio da norma ortográfica. Efeitos de uma biopolítica e de uma governamentalidade linguística, em que o sujeito é falado e inserido em processos de subjetivação dados pela normatização e pelo efeito de universalização de uma língua hegemônica. É nesse sentido que a língua entra no jogo de forças do dispositivo de poder, operando por meio de processos de objetivação e de subjetivação da população.

Figura 3: Falar e escrever bem: rumo à vitória



Fonte: Revista VEJA, Ed. 2.177, Ano 43, n. 32, 11/08/2010

Tal como a reportagem veiculada pela revista *Veja* na figura 1, em 2010, a revista retoma da rede de enunciados sobre a língua a formulação: “Falar e escrever bem”. Na materialidade verbo-visual, circunscreve-se uma relação de sentidos estabelecida entre as duas sequências de linguagem: “Falar e escrever bem:” e “Rumo à vitória”. A justaposição das duas sequências linguísticas produz como efeito a relação de causa e de consequência, ou seja, a uma relação de interdependência estabelecida entre as duas formulações, tal como nas figuras 1 e 2 anteriormente analisadas, êxito profissional do falante brasileiro depende diretamente do domínio da língua portuguesa.

A imagem sugere as teclas de um computador dispostas em formato de pirâmide, e, em seu topo, figura a imagem de um homem, formalmente vestido, falando ao microfone do alto de uma tribuna. Tal como nas figuras 1 e 2, a materialidade verbo-visual se coaduna a conformação de uma posição discursiva filiada à ideia de que o acesso ao trabalho por uma grande parcela da população brasileira está relacionado ao domínio da variante padrão do português.

Essa posição ideológica se reforça com o *lide* da manchete: “Expressar-se com clareza e elegância é essencial para avançar na vida. A boa notícia é que há mais ferramentas para o

aprendizado”. Notemos que, na função vertical do enunciado, o domínio associativo coloca em relação uma memória de concorrência e de mérito individual articulada com o domínio da inovação tecnológica; esta, em tempos de instrumentalização da formação, é discursivizada pela mídia, pelo mercado de trabalho, pela escola etc. como mola propulsora de sucesso em qualquer domínio de saber, particularmente no domínio linguístico. Atualiza-se nesse discurso a memória de uma língua legitimada por e para um dado grupo social, embora o efeito ideológico é que domínio da variante padrão e acesso ao “mundo” do trabalho se impliquem em uma relação linear de causa e de consequência.

No entanto, no seu avesso, o discurso expõe a contradição, deixando entrever que não basta o domínio de qualquer variante para que o falante galgue o topo da pirâmide rumo à vitória profissional, há restrições e controles de condutas para isso, uma vez que, na discursividade da mídia, “Expressar-se com clareza e elegância é essencial para avançar na vida”. É importante salientar que a elegância não remete apenas às práticas languageiras do falante, mas também ao modo como o falante participa de outras práticas culturais, de outros rituais que lhe conferem *status* ou legitimidade que também entram na ordem dos discursos por meio da proibição, da separação e da vontade de verdade (Foucault, 1971). O domínio da variante de prestígio se conecta, assim, com outros domínios (culturais, educacionais, tecnológicos etc.) que garantem a elegância (não apenas linguísticas) para “avançar na vida”. Escamoteia-se, nesse discurso, o que afeta efetivamente a vida do trabalhador por falta de oferta de trabalho para os supostos tropeços na língua.

Não entram, nessa discursividade que focaliza a língua e o falante como objetos de saber, sentidos das relações empíricas que cada categoria profissional estabelece com a língua considerada padrão, ou seja, não é objeto de discurso a demanda específica em relação ao domínio de língua que se impõe ao trabalhador em seu campo de trabalho.

4 Considerações provisórias

Considerando a provisoriedade de resultados alcançados em toda pesquisa, já que todo conhecimento sofre os reveses da história, neste trabalho, propusemos analisar o funcionamento discursivo de enunciados produzidos sobre a variante padrão da língua e sobre seus (não) falantes, em capas e em reportagens da revista *Veja*, com o intuito de apreender na rede de sentidos efeitos de memória de língua nacional produzidos desde a colonização brasileira. Analisamos três reportagens veiculadas na revista *Veja*, em formato impresso, nos anos de 2001, de 2007 e de 2010.

Em nossas análises, evidenciamos como os discursos analisados inscrevem o leitor da revista em uma posição de quem interpreta o “falar e escrever bem” como um elemento modificador de posição social. Assim, a ideologia trabalha certo imaginário de que a divisão de classe social é uma questão de domínio (ou não) da língua padrão e não uma questão de divisão social e econômica que recorta a língua como marcador econômico. Não entra nesses discursos o fato de que é a condição social de uma dada classe que interdita condições de acesso a bens materiais e simbólicos desigualmente distribuídos na sociedade, dentre eles a língua padrão.

Se, no processo de colonização, prevalecia a língua de Portugal com sentido de universalidade, ao se instituir a língua brasileira, o sentido de universalização se desloca para o português brasileiro, tendo o português padrão como o lugar de garantia do ordenamento dessa universalidade, mantendo até os dias atuais a metalinguagem encerrada nas conceituações, nas hierarquizações da língua e do sujeito que a fala. Sendo assim, a colonização linguística não cessa de produzir efeitos sobre o falante brasileiro, ainda que, na contemporaneidade, o efeito da colonização linguística esteja também comprometido com uma formação discursiva capitalista em que a língua aparece como o elemento supostamente modificador de condições econômicas da população, na medida em que passa pelo domínio da língua legitimada pelo Estado a garantia de o brasileiro acessar melhores postos no mercado de trabalho. Além disso, vale ressaltar que, em uma sociedade como a nossa, em que língua colonial continua fazendo sentido em sua suposta unidade e universalidade, não apenas a escola e diferentes artefatos (gramáticas, dicionários etc.) atuam na sustentação desse imaginário de língua homogênea, mas, também, a mídia que atua fortemente na mediação da relação entre Estado e mercado.

As discursividades produzidas no interior dos discursos recortam na memória colonial sentidos de línguas nacional, produzindo cortes nos sujeitos por meio do traço do *déficit*, da falta, como justificativa para as exclusões sociais. É essa perspectiva instrumental de língua que tem vigorado em parte das políticas linguísticas, de modo que a participação do Estado nos jogos de poder pelo controle linguístico produz ecos que afetam diretamente o falante e sua identidade linguística. Nesse sentido, a mídia atua como mais uma linha de força na manutenção da rede de sentidos que fazem entrecruzarem-se sentidos de colonização linguística e mercado, reafirmando o imaginário de língua hegemônica e, conseqüentemente, a produção de estigmas que inscrevem o falante de outras variedades em uma posição de incapaz e em falta com a língua que fala e consigo mesmo.

Por fim, as análises nos levam a dizer que certo imaginário de uma língua nacional na história de uma sociedade comprovadamente multilíngue, como a sociedade brasileira, tem

produzido discursos que se situam no domínio do preconceito linguístico, e a mídia tem se apresentado como um espaço discursivo privilegiado para mediar as relações de poder que impõem uma língua à medida que silencia outras, restringindo o poder de propagação das diferenças linguísticas.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade* (Ditos e Escritos IX). Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 113-117.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1971.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Lingüística. *Letras*, nº 27, p. 73-82, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511900>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARIANI, Bethania. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: O papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni Pucinnelli (org.). *História das idéias linguística no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 99-124.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, dez., p. 7-28, 1993. Disponível em: Acesso em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. 10 jan. 2023.

ORLANDI, Eni Pucinnelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Pucinnelli; GUIMARAES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística. In: ORLANDI, Eni Pucinnelli (Org.). *História das idéias linguística no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 21-38.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência Cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 3. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Governamentalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 947-963, out., 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.272354>. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 set. 2022.

Recebido em 28 de novembro de 2023
Aceito em 01 de agosto de 2024